

Editorial

TRAGÉDIA
HUMANITÁRIA

Nenhum homem é uma ilha, diz o poema de John Donne. Assentados na sociedade do bem-estar social, hoje em crise, os europeus não querem ser incomodados, mas o estão sendo pelos imigrantes ilegais que chegam aos montes do Norte da África.

No ano passado, os ilegais chegaram a 220 mil homens, mulheres e crianças. Neste ano, já somam 35 mil. Fogem da pobreza e das guerras. E a cada desembarque, levantam uma pungente questão humanitária, agravada pelas tragédias das travessias.

O palco é o mar Mediterrâneo. Os naufrágios se repetem com frequência cada vez maior. Há uma semana, um barco afundou com 400 pessoas a bordo. No domingo, só 28 pessoas foram resgatadas de um acidente com mais de 700 africanos embarcados.

Segundo a ONU, foi o maior acidente já registrado no Mediterrâneo – maior até do que os ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. Os ilegais, provenientes de várias partes da África, haviam embarcado na Líbia, de onde saem 90% dos barcos em direção à Itália.

São vítimas de traficantes de seres humanos. Pagam a passagem antecipadamente. Recentemente, a Itália prendeu 976 traficantes. Itália e Grécia são seus pontos de desembarque. Depois, se não são mandados de volta, eles se espalham pela Europa.

O continente morre de medo dos estrangeiros. Podem ser terroristas. A extrema direita promete frear o fluxo. Chega a defender que os barcos sejam afundados. Diante da crise econômica, os partidos progressistas vacilam em tomar posição por causa das eleições.

O problema é da Europa, não só da Itália e da Grécia. Ontem, líderes europeus se reuniram em Luxemburgo. A ONU reclama que sejam restabelecidas as operações de resgate, que, no ano passado, não impediram a ocorrência de 3.500 mortes.

É preciso saber o que fazer com os que chegam à Europa. O papa já disse que são homens e mulheres como nós.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Silvana Mascagna
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

A conversa fiada de quem dizia
que a luta de classes acabou

Dia do Trabalho será marcado pela defesa de direitos

“**N**ão nos enganemos, a luta de classes não acabou, e, para o patronato, paz social é um discurso que carece de recheio humanitário” – frase final do meu artigo “Dia Mundial do Trabalho”, escrito em 2007, do qual compartilho trechos: “No 1º de maio é comemorado o Dia do Trabalho ou Dia Mundial do Trabalho, como um registro de que o direito ao trabalho é um direito de cidadania e em memória dos trabalhadores assassinados em 1º de maio de 1886, em Chicago (EUA), numa manifestação pela redução da jornada de trabalho.

“O 1º de maio como Dia Mundial do Trabalho, aprovado em 20.6.1889, na Segunda Internacional Socialista, em Paris, aqui é celebrado desde 1895, mas só em 1925 o presidente Artur Bernardes oficializou a data. Foi em 1º de maio de 1940 que o presidente Getúlio Vargas instituiu o valor do salário mínimo” (O TEMPO, 1º de maio de 2007).

Em 2015, o Dia do Trabalho em nosso país será marcado por manifestações em defesa dos direitos trabalhistas conquistados e de repúdio à ampliação da precarização do trabalho como desejam o patronato aqui estabelecido e deputados federais a ele vinculados, que aprovaram o PL das terceirizações num espetáculo sem pudor civilizatório, no qual o PT tem parcela de responsabilidade porque, dentre outras negligências políticas com o tema, implementou terceirizações até no seio do governo federal!

Como disse Ana Maria Prestes: “Eis que ao final deste primeiro trimestre

dá entrada na cena política a mãe de todas as contradições: capital x trabalho. Entrou como um divisor de águas, como uma organizadora da confusão, dando nomes aos bois e revelando que o principal esvaziamento da base de apoio ao governo tem razões materiais e objetivas, para além das políticas... A ‘luta de classes é o motor da história’, chegou quando o capital cobrou sua fatura aos políticos recém-eleitos. Para chegar ao ‘paraíso’ do Parlamento, negociaram direitos trabalhistas e sociais dos eleitores” (“Luta de classes ganha a cena política atra-

A terceirização equivale à precarização do trabalho – nociva para quem vende a sua força de trabalho, com as mulheres pagando o maior tributo.

vés do PL das terceirizações”).

Tenho a opinião de que a terceirização equivale à precarização do trabalho – nociva em todos os aspectos para quem vende a sua força de trabalho, com as mulheres pagando o maior tributo.

Endosso as palavras da União Brasileira de Mulheres: “O projeto de lei que permite a terceirização do trabalho – PL 4.330, do empresário e deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) – é, em si, uma violência contra os trabalhadores e trabalhadoras. Representa a legitimação da precarização do trabalho e da vida de milhões de brasileiros em benefício de poucos, abrindo flanco, inclusive, para relações de trabalho análogas à escravi-

ção... Nós, mulheres brasileiras, não admitimos que um parlamentar eleito com voto popular utilize seu mandato para calar a democracia e marchar contra direitos conquistados com tanto esforço por gerações e gerações” (Brasília, 7 de abril de 2015).

Em 2015, será lembrado o massacre da cidade de Rio Grande (RS) pelas forças policiais, em 1º de maio de 1950, no qual foram assassinados o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e o ferroviário Osvaldino Correa. No fim da ação assassina, a comunista e tecelã Angelina Gonçalves, aos 37 anos, que estava enrolada em uma bandeira do Brasil, foi morta a tiros!

O massacre de Rio Grande é exemplar de que o capital historicamente entrava, solapa e usurpa direitos trabalhistas e pode matar para impor a sua política de ganância.

DUKE

